

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.266.345 - RS (2018/0065476-9)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
AGRAVADO : ROONEY PEREIRA DE CARVALHO
AGRAVADO : JOÃO MANOEL COSTA DE FRAGA
ADVOGADO : MÍRIAM LÚCIA KULCZYNSKI FORSTER E OUTRO(S) - RS022619

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. INCORPORAÇÃO QUINTOS.

1. Nos termos do Tema 733 do STF 'A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria, nos termos do art. 485 do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (art. 495)'.

2. Decisão agravada mantida.

No recurso especial obstaculizado, a recorrente aponta violação dos arts. 493, *caput*, e 525, §1º, III, §§12º e 14º, do CC e dos arts. 493, 1.022 e 1.057 do CPC/2015.

Aduz nulidade por negativa de tutela jurisdicional e, no mérito, defende, em suma, a inexigibilidade do título, à luz da inconstitucionalidade dos quintos, tal como decidido pelo STF no RE 638.115.

O apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, mediante o emprego da Súmula 83 do STJ, o que desafiou a interposição do presente recurso.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Estabelecida essa premissa, anoto que não há vulneração do art. 1.022, I e II, do CPC/2015 quando a controvérsia deduzida na origem é dirimida de modo

claro e fundamentado, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional (AgInt no AREsp 990.169/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 06/04/2017, DJe 19/04/2017, e AgInt no REsp 1637988/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, julgado em 16/03/2017, DJe 27/03/2017).

In casu, a parte alega que, mesmo provocada, a Corte Regional não enfrentou a violação dos seguintes preceitos: a) "art. 462, c/c o art. 741, inc. II, par. ún., ambos do Código de Processo Civil/73, no tocante à emissão de interpretação autêntica do Supremo Tribunal Federal quanto à ilegalidade de incorporação de quintos e de décimos em período que medeia Lei 9.624/1998 e a Medida Provisória 2.225-48/2001" e "ao art. 1.057 do Código de Processo Civil/15, que positiva regra de transição estendendo a efetividade do CPC/1973."

Ocorre que o Tribunal de origem decidiu de modo suficientemente fundamentado acerca dos efeitos da decisão do STF no RE 638.115 sobre o caso concreto, não havendo a nulidade arguida.

Quanto à regra de transição, essa questão não foi ventilada nos embargos de declaração opostos na origem (e-STJ fls. 636/645), de modo que descabe falar em violação daquele preceito, porquanto essa arguição é imprescindível para tanto " (AgRg no AREsp 726.520/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 25/08/2015, DJe 02/09/2015).

Ultrapassado esse ponto, constato que os autos tratam de agravo de instrumento interposto contra decisão que rejeitou exceção de pré-executividade, no bojo de execução de título judicial em que se " reconheceu o direito à incorporação de quintos relativos a cargos em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento exercida até 05/09/2001."

O Regional assim decidiu a questão (e-STJ fls. 625/626):

Quanto à decisão proferida pelo STF no julgamento do RE 638.115 em 19/03/2015, que considerou inconstitucional a incorporação das referidas parcelas, a jurisprudência entende que não produz a automática reforma ou rescisão de decisões anteriores, transitadas em julgado, que, a exemplo da executada na origem, tenham reconhecido a incorporação.

Para tanto, seria indispensável a propositura de ação rescisória, sob pena de afronta à coisa julgada.

(...).

Oportuno ressaltar, ainda, o decidido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, na sessão de 28-5-2015 (Tema 733):

'A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria, nos termos do art. 485 do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (art. 495).'

Ocorre que, no acórdão proferido em sede de aclaratórios no RE 638.115, o STF consignou que:

quanto ao mérito, o Plenário, por maioria, deu provimento ao recurso extraordinário, fixando a tese de que ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período entre 8.4.1998 até 4.9.2001, ante a carência de fundamento legal.

Na ocasião, modularam-se os efeitos da decisão para “obstar a repetição de indébito em relação aos servidores que receberam de boa-fé os quintos pagos até a data do presente julgamento, cessada a ultra-atividade das incorporações em qualquer hipótese”.

Assim verifica-se que esta Corte entendeu que, em qualquer hipótese, deve ser cessado o pagamento dos quintos pelo exercício de função comissionada no período entre 8.4.1998 até 4.9.2001, seja decorrente de decisão administrativa ou judicial transitada em julgado.

Acrescente-se que, no que se refere às decisões judiciais transitadas em julgado que conferiram aos servidores o direito à incorporação dos quintos no período entre 8.4.1998 até 4.9.2001, deve-se levar em consideração a tese firmada pelo STF no julgamento do RE-RG 730.462, Rel. Min. Teori Zavascki (tema 733), DJe 9.9.2015, nos seguintes termos:

“A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das sentenças anteriores que tenham adotado entendimento diferente; para que tal ocorra, será indispensável a interposição do recurso próprio ou, se for o caso, a propositura da ação rescisória própria, nos termos do art. 485, V, do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (CPC, art. 495). Ressalva-se desse entendimento, quanto à indispensabilidade da ação rescisória, a questão relacionada à execução de efeitos futuros da sentença proferida em caso concreto sobre relações jurídicas de trato continuado”.

Na ocasião, o relator, Min. Teori Zavascki, consignou que a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de determinado preceito normativo pelo STF acarreta duas consequências distintas, que ele denominou de eficácia normativa e eficácia executiva da decisão.

Por eficácia normativa entende-se a consequência de manter-se ou excluir-se o preceito normativo questionado do ordenamento jurídico.

Por sua vez, a eficácia executiva da decisão do STF refere-se ao efeito vinculante, consistente em atribuir uma qualificada força impositiva e obrigatória em relação a supervenientes atos administrativos ou judiciais.

No tocante, às sentenças já transitadas em julgado à época da decisão do STF sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma na qual se embasou, ficou consignada a necessidade de interposição de ação rescisória.

Daí depreende-se que a declaração de inconstitucionalidade ou constitucionalidade de determinado preceito normativo pelo STF não enseja a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores já transitadas em julgado, sendo necessária, para tanto, a interposição da ação rescisória. Entretanto, ressaltou-se de tal necessidade a questão relacionada à execução de efeitos futuros da sentença proferida em caso concreto sobre relações jurídicas de trato continuado. A esse propósito, cito trecho do voto proferido pelo Min. Teori Zavascki:

“Para desfazer as sentenças anteriores será indispensável ou a interposição de recurso próprio (se cabível), ou, tendo ocorrido o trânsito em julgado, a propositura da ação rescisória, nos termos do art. 485, V, do CPC, observado o respectivo prazo

decadencial (CPC, art. 495). Ressalva-se desse entendimento, quanto à indispensabilidade da ação rescisória, a questão relacionada à execução de efeitos futuros da sentença proferida em caso concreto, notadamente quando decide sobre relações jurídicas de trato continuado, tema de que aqui não se cogita.

Interessante notar que o novo Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 16.3.2015), com vigência a partir de um ano de sua publicação, traz disposição explícita afirmando que, em hipóteses como a aqui focada, “caberá ação rescisória, cujo prazo será contado do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal” (art. 525, § 12 e art. 535, § 8º).

No regime atual, não há, para essa rescisória, termo inicial especial, o qual, portanto, se dá com o trânsito em julgado da decisão a ser rescindida (CPC, art. 495)”.

Nesses termos, tendo em vista que o pagamento dos quintos incorporados no período entre 8.4.1998 até 4.9.2001 foi declarado inconstitucional e refere-se a relação jurídica de trato continuado, há que se reconhecer a necessidade de cessação imediata do pagamento da mencionada verba, sem que isso caracterize afronta à coisa julgada e sem que seja necessário o ajuizamento de ação rescisória.

Da mesma forma, os efeitos das decisões administrativas, que reconheceram o referido direito aos servidores com base em hipótese considerada inconstitucional pelo STF, não devem subsistir, devendo o pagamento ser cessado imediatamente.

Assim, não vislumbro qualquer contradição, obscuridade ou omissão da decisão embargada ao determinar que se cessasse imediatamente a ultra-atividade das incorporações em qualquer hipótese.

Conforme se verifica, ficou registrado que, "tendo em vista que o pagamento dos quintos incorporados no período entre 8.4.1998 até 4.9.2001 foi declarado inconstitucional e refere-se a relação jurídica de trato continuado", "os efeitos das decisões administrativas, que reconheceram o referido direito aos servidores com base em hipótese considerada inconstitucional pelo STF, não devem subsistir".

Entendo que, ao ressaltar que a relação jurídica em questão seria de trato continuado, a decisão direcionou seus efeitos mais à ultra-atividade da incorporação em si dos quintos que ao cumprimento de sentenças transitadas em julgado em que haja reconhecimento de obrigação de pagar parcelas atrasadas, como no caso.

Cumprе salientar que o RE 638.115 ainda não transitou em julgado, sendo que, no primeiro acórdão, houve modulação de efeitos para desobrigar a repetição de valores recebidos até a data do julgamento. Vejamos:

Ante o exposto, dou provimento ao recurso extraordinário, fixando a tese de que ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período entre 8.4.1998 até 4.9.2001, ante a carência de fundamento legal.

Além disso, em razão da segurança jurídica, modulam-se os efeitos da presente decisão para obstar a repetição de indébito em relação os servidores que receberam de boa-fé os quintos pagos até a data do presente julgamento, cessada a ultra-atividade das incorporações em qualquer hipótese.

Nada obstante, encontram-se pendentes de julgamento novos aclaratórios opostos na Corte Suprema, cujo julgamento poderá atingir situações jurídicas

Superior Tribunal de Justiça

como a presente, em que a controvérsia repousa sobre a exigibilidade de títulos executivos formados por sentenças anteriores ao reconhecimento da inconstitucionalidade dos quintos incorporados no período entre 08/04/1998 até 04/09/2001, que reconhecem o dever de pagamento de parcelas atrasadas.

Ante o exposto, DETERMINO a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que lá fiquem sobrestados aguardando o julgamento definitivo do Recurso Extraordinário 638.115 pelo Supremo Tribunal Federal e, após sua publicação, em observância ao art. 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pela Suprema Corte; ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema posto em repercussão geral.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator